

# BRASIL E MÉXICO

## A DUPLA FACE DA MOEDA FORTE

Nildo Domingos Ouriques



**O** fantasma da crise estabilizadora percorre o Brasil: diz-se que é mexicano, embora seja uma criação das classes dominantes internacionais. As autoridades brasileiras empenham-se em negar sua existência, desautorizando qualquer semelhança entre a política econômica aqui aplicada e a que levou nosso vizinho do norte à maior crise de sua história recente. Porém, ainda que as diferenças sejam sempre importantes, a

cada dia que passa “e se consolida o êxito do processo de estabilização brasileiro”, cresce a similitude entre o “modelo” aplicado nas terras de Emiliano Zapata e o que sofremos atualmente.

Esta semelhança não é gratuita, posto que ambos experimentos são derivações diretas da modalidade dependente de inserção da economia latino-americana no mercado mundial que caracteriza a todos os países do continente; porém, quando comparados, o Brasil e o México guardam grandes similitudes por-

que o grau relativo de desenvolvimento capitalista em ambos os casos é considerável e também porque o México levou mais longe o “programa de reformas orientadas ao mercado”, como gostam de afirmar os responsáveis por esta política.

Porém, para os que esqueceram da categoria “dependência” e julgam que nosso país não é mais “subdesenvolvido, mas apenas injusto”, como afirmou Fernando Henrique Cardoso, é importante observar com riqueza de detalhes o “ajuste estabilizador” ainda dominante no México e sua similitude com o aplicado no Brasil.

Ambos os países aceitaram a hipótese de que a inflação é o pior dos males que poderíamos contrair e o mais injusto dos impostos sobre os pobres que não possuem mecanismos de defesa diante de tão abominável praga. Como elemento estratégico no controle da inflação, lançaram mão da chamada “âncora cambial” que sempre se revelou eficaz no controle inflacionário a curto prazo. Para evitar a sobre-valorização, ambos recorreram ao sistema de bandas (limite superior e inferior dentro do qual ocorre a desvalorização da moeda nacional), ainda que o México só tenha utilizado este mecanismo quando a pressão para a desvalorização era muito forte e, então, no momento de sua implantação, a estabilidade veio abaixo no agora fatídico 20 de dezembro de 1994.

No entanto, as mesmas regras responsáveis pelo controle da inflação produziram outros fenômenos indesejáveis para o bom funcionamento da economia; as exportações, por exemplo, revelaram um baixo dinamismo nos dois países, o que levou, também a curto prazo, à criação de déficit comerciais importantes, que para as autoridades econômicas dos dois governos “não eram preocupantes porque as reservas eram significativamente altas.”

## Taxas de juros e desemprego

As taxas de crescimento da economia foram também bastante modestas em ambos os países. Modestas em relação à sua média histórica, insuficientes para competir no mercado mundial com países que crescem até 16% ao ano (como a China e outros países asiáticos) e insignificantes diante da necessidade de oferecer postos de trabalho a milhões de jovens que

todos os anos deveriam se incorporar ao mercado. Como consequência, as taxas de desemprego subiram de maneira inédita nos dois países e, ainda que os condutores da política econômica afirmassem que se tratava de um fenômeno mundial, a verdade é que, visto em perspectiva nacional, o índice de 17% no Brasil de hoje e superior aos 24% no México pós 94, não deixa de ressaltar as raízes nacionais do problema.

Lá, como aqui, o sistema de dívidas explodiu. Como a fração financeira é que comanda o processo de “estabilização”, as taxas de juros são invariavelmente altas e revelam uma resistência muito grande a baixar. No mesmo sentido, nos Estados Unidos, a tendência a alta das taxas de juros é o fato mais relevante dos últimos dois anos, forçando o Banco Central a operar em patamares superiores aos praticados no cenário internacional. Atrair capitais é uma regra de ouro do modelito em análise e a formação de amplas reservas, condição *sine qua non* para sustentar a supervalorização da moeda nacional.

Sectarismos à parte, é necessário reconhecer diferenças. O México levou a cabo um megaprojeto de privatizações que incluiu mais de 1000 empresas –hotéis, refinarias, telefonia, bancos, centrais elétricas, estradas, entre outras– pelo qual se arrecadou aproximadamente 20 bilhões de dólares. Em oposição, nosso programa de privatizações ainda é relativamente

*As taxas de crescimento da economia foram também bastante modestas em ambos os países (Brasil e México) e insignificantes diante da necessidade de oferecer postos de trabalho a milhões de jovens que todos os anos deveriam se incorporar ao mercado. Como consequência, as taxas de desemprego subiram de maneira inédita nos dois países.*

lento, como reclamam nossas autoridades e a grande imprensa todos os dias. Mas, com a venda da Companhia Vale do Rio Doce, do setor de telecomunicações, e muito provavelmente dos bancos estatais e federais (CEF e BB), em breve igualaremos a marca dos mexicanos. Neste aspecto, lá como aqui, a justificativa fundamental para o programa de privatização –na realidade um verdadeiro assalto ao estado repleto de falcatruas, deságios, favorecimentos, etc., representando mais um programa de rapinagem sobre o estado do que seu saneamento– era a necessidade de tornar o estado mais ágil para cumprir suas funções sociais e abater a dívida interna; em caso de êxito, esse programa de “reformas” seria o principal mecanismo para baixar as taxas de juros. Aceita-se, desta forma, que as taxas de juros são altas porque o endividamento estatal é grande e nunca o inverso: a dívida somente chegou aos patamares atuais porque a taxa de juros praticada pelo governo –não pelo mercado– é altíssima!

### Endividamento

É claro que este cenário não foi, nem é, privilégio de mexicanos e brasileiros; tanto os argentinos como os venezuelanos sofrem dos mesmos males e padecem as mesmas soluções. A dívida interna explodiu na Argentina durante a gestão de Domingo Cavallo, quando saiu do patamar dos U\$ 61,4 bilhões, em janeiro de 1991, para os U\$ 90.471 bilhões em julho de 1996, momento em que o ex-ministro foi substituído pelo atual Roque Fernández. O mesmo endividamento repetiu-se na Venezuela entre 1991 e 1993 com particular força, levando o país a uma crise cambial da qual ainda não se recuperou plenamente, apesar da relativa estabilização monetária atual. O quadro completo desta pilhagem sobre a dívida pública ainda está por ser feito, mas podemos adiantar, sem medo de errar, que as cifras serão assustadoras.

No Brasil, o endividamento público interno saltou dos US\$ 63 bilhões, quando iniciou o programa oficial (junho de 1994), para uma cifra superior aos US\$ 200 bilhões, em março de 1997. No México, ocorreu um exponencial crescimento do endividamento externo privado, e a dívida pública interna cresceu de maneira assustadora: em 1988 a circulação de valores públicos (em milhões de pesos em 1988) era de 72.971, alcan-

çando em janeiro de 1992 a cifra de 124.826; diminui durante 1993 e 1994 para voltar a crescer em 1994, sem nunca baixar do patamar dos 100 bilhões de pesos. A participação de capitais estrangeiros é o que mais cresce, posto que nada detinha em 1988 e, em janeiro de 1993, chegou próximo dos 64 bilhões de pesos.

Há, contudo, outra diferença importante: a “autoridade monetária”, ou seja, o Banco Central, conquistou no México a “autonomia” tão longamente desejada, que não teve dificuldades em ser aprovada pela eterna maioria priísta –o PRI mantém o monopólio do poder por mais de 70 anos– no congresso nacional enquanto que, no Brasil, diante da “incompreensão e rebeldia” de nossa casa parlamentar, Gustavo Franco promoveu uma pequena reforma no Conselho Monetário Nacional (CMN), eliminando os “interesses corporativos” que não ajudavam a estabilização e por algum tempo não se fala mais nisso. O próprio Franco descreveu as razões e a magnitude da operação dessa forma: “a mudança operada na composição do CMN era um passo mais amplo no sentido de se incrementar a independência da autoridade monetária, pois, na estrutura da Lei nº 4.595, peça fundamental do ordenamento monetário vigente, o CMN é a autoridade monetária, e não o BC, de modo que a presença, no CMN, de elementos nem sempre simpáticos à boa gestão monetária resultava em deturpar o funcionamento da política monetária. Era preciso despolitizar e retirar qualquer ranço de corporativismo do CMN...” Esta foi a razão pela qual no Brasil não se insistiu muito na conquista da autonomia do Banco Central como mais uma das reformas indispensáveis para o bom andamento do plano de estabilização. Contudo, a partir dos escândalos financeiros envolvendo títulos da dívida pública de estados e municípios em 96/97 –com a absoluta complacência do BC– o tema da “autonomia” tende a voltar com redobrada força. O país, então, deverá perguntar: autonomia para quem? Atualmente, quem comanda as ações nesta instituição são os homens vinculado às finanças internacionais, que no passado trabalharam, e no futuro muito provavelmente trabalharão, no mercado financeiro, dispondo de grande conhecimento dos caminhos pelos quais se pode ganhar ou perder no mundo das finanças, principalmente aquele mais sensível, relacionado às variações cambiais.

Quicá a única diferença realmente importante entre a política econômica que levou o México à ruína e que garante nosso êxito atual fosse a determinada pelo Nafta. Na época em que se debatia nos Estados Unidos a sua aprovação, o vice-presidente Al Gore não deixou dúvidas sobre a importância do tratado para a economia norte-americana, afirmando que a iniciativa equivalia em termos históricos à aquisição da Louisiana no século passado. No início, a sinceridade de tão ilustre personagem foi desconsiderada inclusive por importantes setores da esquerda que nunca se opuseram frontalmente ao “Tratado de Livre Comércio”, mas passado algum tempo, já podemos realizar uma avaliação baseada em resultados. Com efeito, se consideramos a análise de John Sax-Fernández, um especialista no tema, podemos concluir que o caráter colonial implícito no TLC já conquistou bons resultados para os Estados Unidos e tirou das mãos do país latino-americano importantes instrumentos de política econômica e de controle sobre suas riquezas nacionais, aprofundando ainda mais a dependência daquele país. Hoje, constata-se que os Estados Unidos não somente foram os grandes beneficiados com as privatizações, mas também controlam os principais meios de transportes, exportaram parte de seu desemprego, monitoram mais amplamente a política econômica e, quem poderia prever, a política externa mexicana; que durante décadas comandava –juntamente com Cuba– a rebeldia latino-americana em relação aos interesses imperiais no continente.

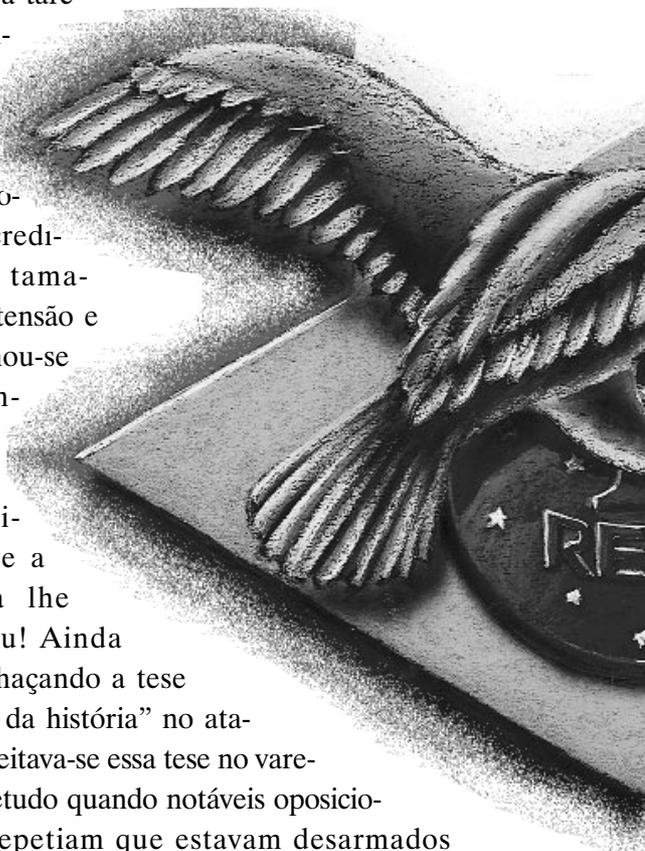
Portanto, para um analista menos atento, esta seria uma diferença decisiva, inclusive porque o Brasil caminha em direção oposta quando organiza o Mercosul. Apesar do esforço da grande imprensa que –de maneira geral segue a orientação de nossa chancelaria– o Mercosul encontraria fortes resistências nos Estados Unidos. Independentemente de eventuais atritos em assuntos comerciais –próprios do capitalismo– a Iniciativa para as Américas, lançada pelos governos republicanos nos Estados Unidos, não são incompatíveis com outras formas de integração das economias latino-americanas que, antes de se constituir em obstáculos, a médio prazo são a base necessária para transformar a América Latina em uma “grande área de livre comércio.”

## Projeto político

Outra coincidência notável é o desejo de eternidade que nos dois casos se verifica. O governo encabeçado por Carlos Salinas de Gortari –como o de Fernando Henrique Cardoso– também pensava que cumpria uma função redentora do país, uma espécie de movimento refundacional, que corrigiria os erros do passado tornando-o confiável aos olhos da “comunidade internacional”; tal missão implicava o direito de sair apenas quando a tarefa termi-

nasse. A t é m e s - mo a oposição acreditou em tamanha pretensão e disciplinou-se para enfrentar o vale de lágrimas que a história lhe reservou! Ainda que rechaçando a tese do “fim da história” no atacado, aceitava-se essa tese no varejo, sobretudo quando notáveis opositores repetiam que estavam desarmados diante dos planos oficiais, que “não possuíam programas alternativos” e que não era possível “repetir fórmulas do passado.”

O atual chanceler mexicano José Angel Gurría, uma raposa das finanças internacionais que recolocou o país na rota colonial em 1982, quando eclodiu a crise da dívida externa, afirmou que a nova geração de revolucionários ficaria no poder por 24 anos, o equivalente a quatro períodos presidenciais no México. Seu amigo Salinas de Gortari, que acreditou na história tem fortes motivos para ficar irritado com um de seus mais diletos conselheiros, agora que escreve suas memórias nas frias terras da Irlanda.



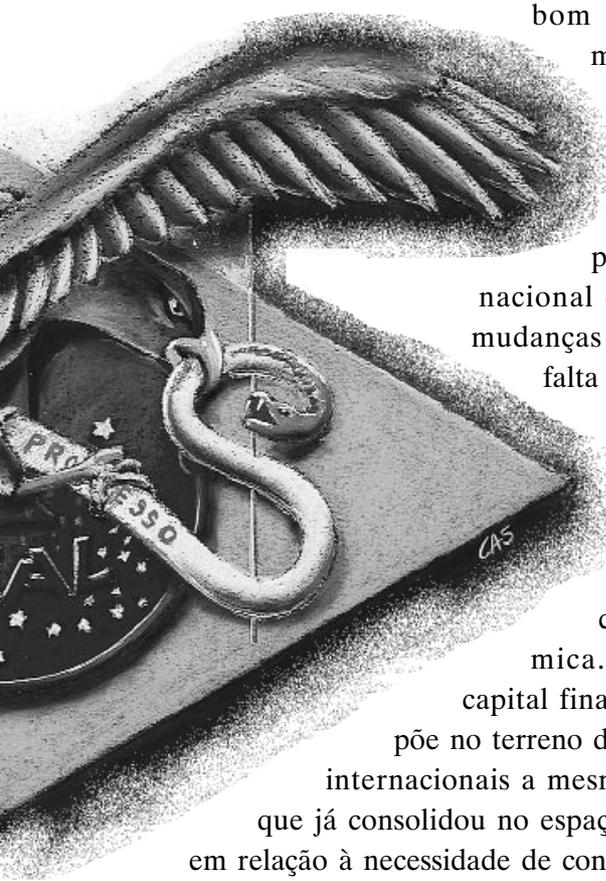
Sérgio Motta não possui a elegância e a discrição do diplomata mexicano, mas cumpriu aqui esta função com as características que Deus lhe deu, afirmando que o governo de FHC pretendia ficar 20 anos no poder. Além do apego que as classes dominantes revelam em relação ao poder, esta posição reflete menos a arrogância e a pretensão das elites e muito mais um elemento fundamental do modelo em curso: é necessário garantir a estabilidade política, a continuidade administrativa, para assegurar condições ideais ao

bom funcionamento da economia. Nesta concepção, o capital internacional é avesso a mudanças bruscas, à falta de firmeza e consistência no comando da política econômica. Assim, o capital financeiro impõe no terreno das relações internacionais a mesma diretriz que já consolidou no espaço nacional em relação à necessidade de controlar a inflação para assegurar as condições ideais de funcionamento da economia. Recentemente, na Argentina, o ex-ministro Domingo Cavallo reproduz com grande clareza esta posição ao afirmar que concorrerá às eleições para deputado, visando às eleições presidenciais que se avizinham. Perguntado sobre sua estratégia, afirmou: “Defender as transformações econômicas e políticas que se realizaram desde 1983. Também insistirei que não temos boas políticas sociais e que está aumentando o crime organizado. Candidato-me a deputado, não para ter uma cadeira no Congresso, mas para abrir um espaço político de que o país necessita e que estou em condições de liderar.

Vou desempenhar um papel importante na eleição de 1999, influenciar na Argentina por muitas décadas, disse Domingo Cavallo ao jornal argentino *La Nación*, de 23 de março de 1997. Posto que o domínio do capital é absoluto, é correta a afirmação do filósofo equatoriano Bolívar Echeverría para quem “o neoliberalismo, como todo liberalismo, é a negação da política, não de uma política, mas da política: devemos nos abster de fazer política, porque fazê-la constitui uma invasão que não nos corresponde.” Em nossas condições, todos os críticos, aqueles que ainda pensam que o mundo pode ser diferente e que sempre existem —como historicamente está comprovado— caminhos distintos que poderiam ser tomados, são logo desqualificados como “neotolos” para utilizar as palavras de FHC. Nesta linha, hoje dominante no Brasil, somente são inteligentes e realistas os homens e mulheres que não vacilam em subir no bonde da modernização inevitável conduzida pelo capital financeiro e buscam, dentro de seus estreitos limites, uma política de melhorismo.

É deste princípio derivado da política do capital, que nasce outra semelhança notável entre os dois países: refiro-me a seu ambiente intelectual. O México caracterizou as últimas décadas, especialmente depois que Lázaro Cárdenas recebeu o exílio republicano espanhol por uma intensa vida cultural e política. A diáspora latino-americana derivada das ditaduras que surgiam uma após outra a partir dos anos sessenta incrementou ainda mais o caldo, dando origem a intensos debates entre a esquerda e desta com a direita. O México foi, sem sombra de dúvida, um lugar privilegiado para pensar desde América Latina e a partir de seus interesses, sem que este clima implicasse provincianismos.

No Brasil a situação é bem diferente, particularmente porque 21 anos de ditadura não deixaram imune nosso sistema cultural e o ambiente intelectual necessário para pensar de maneira independente. Agustín Cueva captou com extraordinária agudeza o fenômeno; afirmando que “em alguns casos, como o Brasil, os militares simplesmente cortaram culturalmente o país do resto da América Latina”. Paradoxo da história: entre 1964 e 1979, enquanto essa nação adquiria para nós corporeidade e presença quase cotidiana através de seus brilhantes intelectuais exilados, para os brasileiros



“do interior” nós apenas éramos um perfil fantasmagórico, para não dizer pura ausência. De fato, nem mesmo os intelectuais brasileiros do exílio eram conhecidos em sua terra, em parte porque a censura ditatorial impedia e também –ainda que dê pena dizer– porque seus colegas do interior em princípio não queriam correr o risco de difundi-los e, depois, quando este risco havia desaparecido, preferiam reinar sem concorrência.

Apesar da diferença no ambiente intelectual, e também do reconhecimento de que conseguimos dar alguns pequenos passos para superar nossas pobreza do passado recente, logo se impôs nos dois países um empobrecimento intelectual assustador. Por um lado, o cinismo sociológico progrediu a ponto de chegar aos primeiros escalões do aparelho de estado e, por outro, no embalo da onda conservadora dirigida de fora para dentro e de cima para baixo, completou-se o serviço com a consiga de “que não temos outro caminho a seguir” senão o impulsionado pelo governo. Em ambos países, existiram –no caso do México– como existem, no Brasil, as “ovelhas negras” que alertaram com maior ou menor repercussão sobre o desastre que resultaria(á) do caminho para a modernidade escolhida pelos governantes. Os espaços para esse tipo de crítica viram-se reduzidos à marginalidade ou apenas existiam para aqueles que expressavam uma orientação liberal: a estabilização é ruim porque os custos sociais são altos; a democracia deve ser respeitada assim como a independência dos poderes tem de ser ampla; gradualmente se abandonou uma radicalidade que permitiu à esquerda cumprir sua função em um continente marcado pela polarização econômica, a concentração do poder e o autoritarismo político. Seja bem-vinda a crítica que aceita os postulados da política liberal! Fora desta, tudo é delírio!

Neste ponto observamos uma deficiência que se verifica em ambos os países, mas que pode também ser encontrada na Venezuela, Argentina, Chile e Colômbia. Os principais partidos políticos abandonaram uma crítica global ao sistema e renunciaram no terreno econômico a um confronto com os fundamentos das chamadas “experiências estabilizadoras”. Desta opção resultou, por um lado, um certo pragmatismo no momento de oferecer alternativas reais à política econômica vigente e, por outro, a submis-

são de um projeto de nacional aos imperativos da economia e seus porta-vozes.

No primeiro caso –o pragmatismo nas tentativas de oferecer alternativas– um bom exemplo pode-se observar no recente encontro de Tepoztlán, no México, onde renomados políticos da esquerda latino-americana (entre os quais Lula, José Dirceu e Tarso Genro, do PT, mas também figuras conhecidas de nossas classes dominantes, como Itamar Franco e Ciro Gomes) discutiram um programa alternativo a partir de um texto-base elaborado por Jorge G. Castaneda e Roberto Mangabeira Unger. O encontro, financiado pela ONU, propõe um conjunto de medidas que visam a favorecer em primeiro lugar a empresa capitalista e depois estender alguns direitos para as maiorias cada vez mais exploradas pelo sistema. No documento-base, aceita-se o desemprego como uma realidade inevitável e omite-se o debate sobre problemas fundamentais da economia latino-americana, como a dívida externa, a dívida interna e a privatização do estado, ou seja, o cada vez mais notório caráter de classe que este assumiu na América Latina; neste contexto, aceita-se a estabilização monetária como um passo importante dado pelas elites, que precisa apenas ser completado ou corrigido com a distribuição de seus ganhos com os perdedores. Algo assim como distribuir a riqueza até agora acumulada, que recorda em muitos aspectos os chavões de Delfim Neto quando durante a ditadura afirmava que, em primeiro lugar, é preciso crescer, para somente depois distribuir.

A conseqüência mais séria desse comportamento político das oposições diante da política do capital financeiro é que ele termina por privilegiar unicamente sua atuação dentro da ordem –cujos limites são cada vez mais estreitos– revelando-se ineficaz inclusive neste terreno. Ou seja, as oposições (liberais ou de tradição na esquerda) não empolgam as maiorias, posto que, ao nível da consciência existente, se o projeto é a melhoria do programa oficial, ninguém melhor que o próprio governo para fazê-lo. É difícil não reconhecer que aqui pode estar uma das razões fundamentais da derrota eleitoral de Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, em agosto, e Luís Inácio Lula da Silva, em novembro de 1994.

### Exército de libertação zapatista

A timidez da oposição mexicana revelou-se ainda mais trágica quando, em 20 de dezembro do mesmo ano, a política que era conduzida pela “melhor equipe de economistas do mundo”, como dizia George Bush –referindo-se à equipe econômica do governo mexicano–, entrou em colapso. Há menos de quatro meses nenhum personagem importante da oposição se atrevia a discordar globalmente da política em curso, nem mesmo a rever o Nafta, em um país em que o nacionalismo é reconhecidamente uma força popular. A única voz solitária a condenar frontalmente a política recomendada pelos organismos internacionais e aplicada pelas classes dominantes locais foi a do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN). No mesmo dia em que anunciaram sua existência ao mundo, o agora distante 1º de janeiro de 1994, afirmavam que o Tratado de Livre Comércio (TLC) –como lá é conhecido o Nafta– representava um “atestado de óbito para as comunidades indígenas”.

É a este acerto que se deve, em grande medida, a legitimidade popular que permitiu a uma força maioritariamente indígena, isolada regionalmente e incomparavelmente mais débil em termos militares, resistir até a todas as tentativas do governo em resolver o conflito pela via militar com efetivos superiores a 60 mil homens do exército mexicano, agora localizados na região e com completa assessoria norte-americana, sabidamente eficaz na guerra contra-insurgente. Para os que duvidam deste argumento, bastaria observar com um mínimo de atenção a força destrutiva das crises financeiras que arruinam em horas a vida de milhares de empresas e milhões de pessoas, como o faz agora na Albânia, retirando dos governos a capacidade de manobra política necessária para superar a crise e alterar a correlação de forças a seu favor. Até 20 de dezembro de 1994 no México, como também no Brasil destes dias, a política do ca-

pital financeiro era intocável porque representava a fórmula correta que abriria as portas da economia mundial para nossos produtos, modernizaria nossas indústrias e faria do subdesenvolvimento e da dependência nada mais do que uma “cicatriz de história”.

A história não tardou em revelar a farsa montada pelos governos modernizantes atualmente em voga em todo o continente com o fatídico 20 de dezembro do não tão distante 1994. Implacável como sempre, encarregou-se de inscrever os planos de estabilização e suas imaginativas e bem montadas estratégias de modernização na larga história da colonização da América Latina. O governo mexicano não hesitou em acelerar ainda mais o “programa de reformas”, uma vez que o “sentido era correto” e não teria sentido retroceder depois de tanto esforço de toda a sociedade na sua construção: a crise de dezembro era apenas um acidente de percurso.

Na mesma linha, porém com outros argumentos, os governos dos demais países apressaram-se então, em afirmar que o Brasil, assim como a Venezuela, a Argentina, o Equador etc., não eram o México. Alguns afirmavam que “aquí não existe Chiapas”, enquanto que outros exi-

biam o “volume das reservas cambiais”, fortaleza contra um ataque à moeda nacional. No entanto, depois da crise mexicana, todos nós dormimos pensando que o fantasma pode tocar em nossa porta e recordar que o pesadelo da longa noite estabelecida pela política do grande capital financeiro ainda não terminou.

Resta saber se, no momento em que isso acontecer, as maiorias e suas vanguardas políticas estarão preparadas para atuar, aproveitando a inevitável crise da moeda forte para mudar em seu favor as regras do jogo que hoje a condenam à exploração econômica e à marginalidade política.

*Nildo Domingos Ouriques é doutor em economia pela Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) e professor do departamento de economia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)*

*A única voz solitária a condenar frontalmente a política recomendada pelos organismos internacionais e aplicada pelas classes dominantes no México foi a do Exército Zapatista de Libertação Nacional.*